Resultado: alta performance.

Credibilidade e Experiência em Telecomunicações

(Tele)Comunicações 2015 Contribuições para o Aperfeiçoamento do Modelo

Sumário Executivo

31 de Janeiro de 2006

Telebrasil

SindiTelebrasil
Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e Serviço Móvel Celular e Pessoal

Conteúdo

1) Introdução e Modelo Brasileiro 3

2) Inclusão, Sociedade da Informação e Convergência..... 8

3) Propostas para aperfeiçoamento do modelo 12

3.1) Objetivos 12

3.2) Recomendações 14

© 2005 Accenture, em parceria com Guerreiro Teleconsult, mediante contrato
com a Telebrasil e o Sinditelebrasil. Todos os direitos reservados.

1) Introdução e Modelo Brasileiro

O objetivo deste estudo é oferecer às autoridades e à sociedade brasileiras um conjunto de informações e argumentos acerca da necessidade de aperfeiçoar o Modelo Brasileiro de Comunicações, o que proporcionará ao País condições para avançar no atendimento das demandas da sociedade brasileira, especialmente no que se refere à inclusão social e melhoria da qualidade de vida da população, com destaque para os serviços prestados pelo Estado nas áreas de educação, saúde e previdência, e no crescimento sustentado, contribuindo para o resgate das demandas da sociedade brasileira e cooperando com o posicionamento do País frente aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, especialmente, redução da pobreza extrema, promoção da educação básica, redução da mortalidade infantil e materna e desenvolvimento sustentável, além do aumento da produtividade e da competitividade do País.

Foi realizada uma análise detalhada do Modelo atual para identificar aspectos em que o Modelo não conseguiu atender de forma plena aos objetivos que o haviam inspirado, o que por si só já recomendaria o seu aperfeiçoamento. Considerou-se ainda as grandes transformações que, respaldadas na evolução tecnológica, vêm ocorrendo no ambiente das comunicações em todo o mundo.

Para avaliação da expectativa do desenvolvimento do setor no mundo foram adotados como representativos 8 países: Estados Unidos, Chile, Reino Unido, Espanha, Itália, Índia, Austrália e Coréia do Sul. Os países considerados estão em estágios bastante distintos de desenvolvimento econômico e de maturidade de seus mercados de comunicações, o que assegura a identificação de práticas regulatórias atuais em ambientes nitidamente diferentes, permitindo extrair as regras comuns mais avançadas e sua aplicabilidade, especialmente em mercados com problemas econômicos e sociais semelhantes aos do Brasil. Também foram considerados estudos e recomendações da ONU e UIT que promovem a Sociedade da Informação como vital ao desenvolvimento sócio-econômico dos países.

Para orientar a análise realizou-se uma pesquisa sobre o modelo atual e sugestões para o cenário futuro, envolvendo representantes dos diversos segmentos do setor de comunicações, como da mídia, de serviços fixos e móveis, de informática, autoridades, investidores e influenciadores. Além disso, foram conduzidas entrevistas com algumas personalidades representativas desses segmentos visando colher subsídios qualitativos para orientar as discussões e direcionar as análises e recomendações ao longo do trabalho. Nessa, que se entende, seja uma visão representativa do setor, as principais prioridades para o aperfeiçoamento do modelo seriam: racionalizar a carga tributária; estimular a modernização da infra-estrutura de comunicações; viabilizar programas de inclusão digital/social; adequar/simplificar licenças e regulamentos dos diferentes serviços de telecomunicações, inclusive, TV por Assinatura e Radiodifusão; fortalecer o órgão regulador; estimular a competição e uso de novas tecnologias.

Todo o estudo está consubstanciado em relatórios mais detalhados que permitem realizar uma análise mais profunda das questões sintetizadas neste Sumário Executivo.

© 2005 Accenture, em parceria com Guerreiro Teleconsult, mediante contrato com a Telebrasil e o Sinditelebrasil. Todos os direitos reservados.

Com base na avaliação do Modelo atual, nos estudos dos países selecionados e nas visões dos profissionais e personalidades do setor de Comunicações brasileiro, foram concebidas recomendações para o aperfeiçoamento do atual modelo de comunicações, com o propósito de estruturar o setor no Brasil de forma a que a sociedade possa tirar o máximo benefício da modernização do setor.

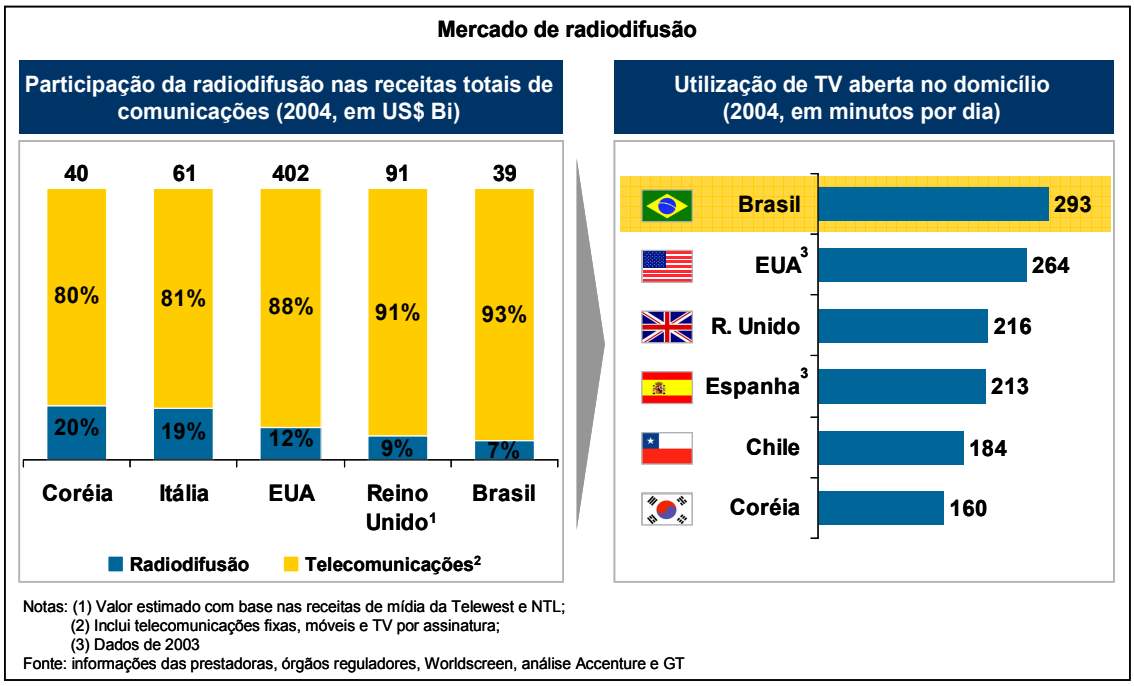
A legislação brasileira atual que rege o setor de comunicações ainda trata de maneira independente cada um dos segmentos do setor. Os segmentos de radiodifusão e de TV por Assinatura, com farta produção de conteúdo, são regidos por um conjunto de regras distintas entre si, assim como o segmento dos serviços fixos e móveis, tradicionais, tem, cada um, sua própria regulamentação, o mesmo acontecendo com o segmento de informática.

Esse tipo de abordagem regulatória segmentada provoca incongruências e tratamento desigual a usuários e empresas que atuam em segmentos distintos, ainda que, pela evolução tecnológica em curso, possam oferecer serviços idênticos ou similares.

A nova dinâmica da convergência desafia esse tipo de organização. No contexto atual, é problemático enquadrar novos serviços como IPTV (programação de TV transmitida pela Internet), mobile TV (TV transmitida pelo celular ou outros dispositivos móveis), VoIP (telefonia pela Internet) e a integração dos serviços fixo e móvel, o que leva as empresas do setor a um processo desordenado e pouco produtivo para o atendimento das demandas da sociedade.

O segmento de radiodifusão se mostra com um potencial importante de crescimento no Brasil se comparado ao dos outros países da amostra, até porque, o brasileiro é o que mais ouve rádio ou assiste TV (quase 5 horas por dia por domicílio); não obstante a receita desse segmento, que é decorrente de publicidade, apresenta a menor participação no mercado de comunicações, em comparação com a de outros países com menor uso (Figura 1).

Figura 1: Tamanho do mercado de radiodifusão não condiz com sua utilização nos lares brasileiros



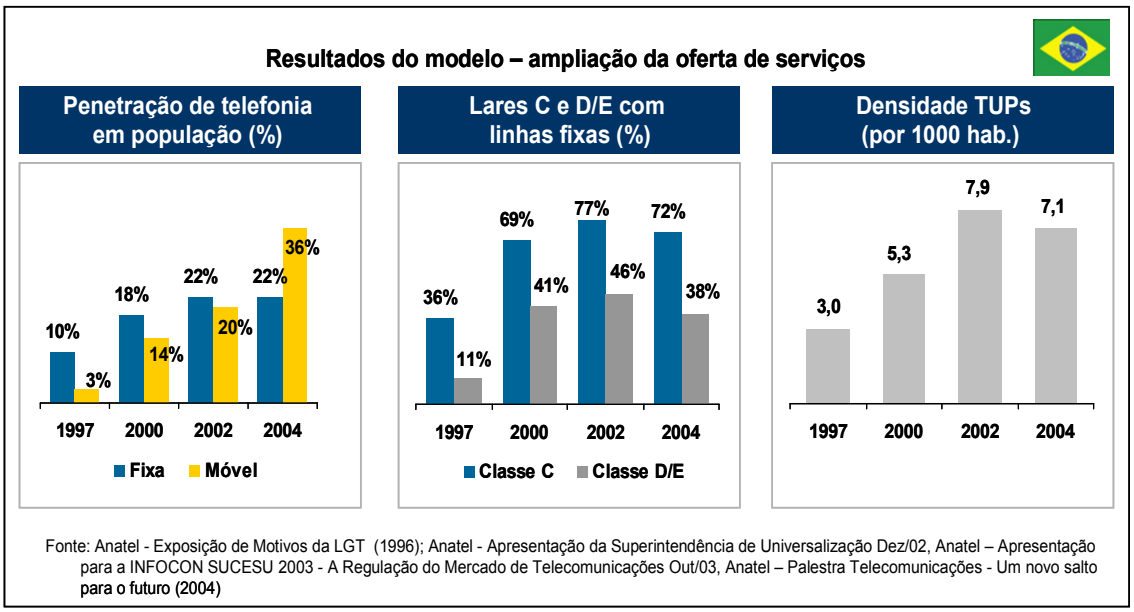
Notas: (1) Valor estimado com base nas receitas de mídia da Telewest e NTL;
(2) Inclui telecomunicações fixas, móveis e TV por assinatura;
(3) Dados de 2003
Fonte: informações das prestadoras, órgãos reguladores, Worldscreen, análise Accenture e GT

© 2005 Accenture, em parceria com Guerreiro Teleconsult, mediante contrato com a Telebrasil e o Sinditelebrasil. Todos os direitos reservados.

Situação similar é observada nos segmentos de TV por assinatura, cuja rede terrestre em final de 2004, com capacidade para cerca de 11 milhões de assinantes, tem menos de 4 milhões em serviço, incluindo os assinantes em tecnologia satelital. Isso faz com que o Brasil seja um dos países com menor penetração de TV por assinatura (9%), mesmo quando se compara com outros países em desenvolvimento como Chile (28%) e Índia (27%).

A reestruturação das telecomunicações conduzida na segunda metade dos anos 90 acelerou a universalização de serviços telefônicos fixos, aumentando muito sua penetração em todas as camadas da população, principalmente entre os domicílios classes C e D/E. Entretanto, desde 2002 observa-se uma estagnação, apesar de ainda haver disponibilidade de terminais instalados no País e espaço para crescimento (Figura 2). Os serviços móveis, no entanto, vêm mantendo uma taxa de crescimento geral expressiva, decorrente de um elevado grau de penetração do serviço nas camadas de menor renda da população.

Figura 2: Resultados do Modelo Regulatório de Telecomunicações



As metas de universalização, definidas em 1998, que serão alcançadas ao final de 2005 pelas concessionárias do STFC, prevêem, entre outras coisas, a instalação, em até 7 dias, de acesso individual de telefonia fixa, nas localidades com população acima de 300 habitantes, para quem disponha de renda suficiente para deter o serviço, e disponibilidade de acessos coletivos (Telefones de Uso Público) à todos os cidadãos, inclusive em localidades com mais de 100 habitantes.

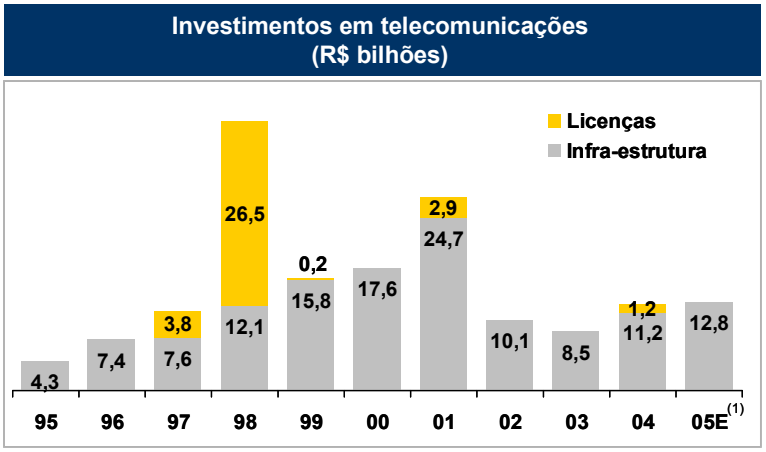
© 2005 Accenture, em parceria com Guerreiro Teleconsult, mediante contrato com a Telebrasil e o Sinditelebrasil. Todos os direitos reservados.

Constata-se que está sendo cumprido o objetivo de universalização imposto às concessionárias do STFC pelo modelo atual: proporcionar o acesso telefônico individual a todos os lares brasileiros, e acessos coletivos aos que não pudessem arcar com o ônus de um acesso individual.

Além disso, os serviços móveis destacam-se como instrumento poderosíssimo de popularização da telefonia. Em diversos casos se tornaram o serviço telefônico por excelência, com as famílias adotando-o como único e suficiente meio de comunicação. Para isso, os investimentos no setor de telecomunicações alcançaram mais de R$ 130 bilhões, desde 1998 (Figura 3).

Graças a esse esforço, a competição foi introduzida, com sucesso, nos mercados de telefonia fixa, nas modalidades longa distância nacional e internacional, de telefonia celular, de serviços corporativos, entre outros.

Figura 3: Investimentos em Telecomunicações desde a reforma do setor nos anos 90



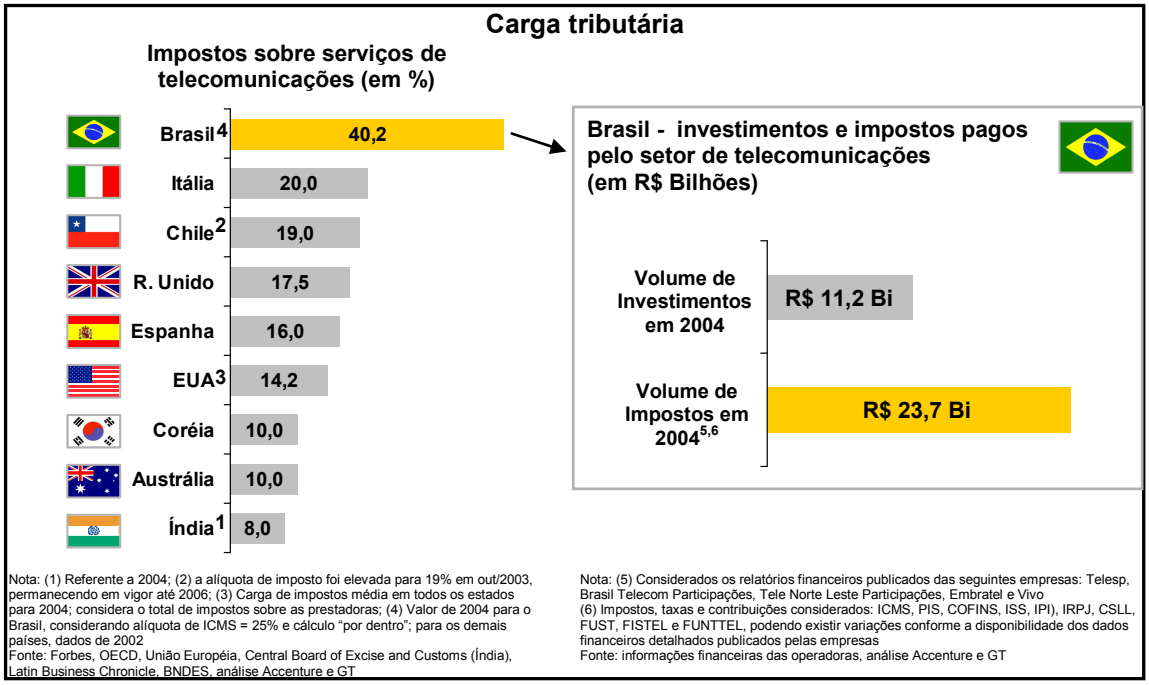
Nota: (1) Estimado a partir dos relatórios financeiros divulgados para o 1º. Semestre de 2005, pelos seguintes grupos: Telesp, Tele Norte Leste, Brasil Telecom, Embratel, Vivo, TIM e Telemig Celular.

Fonte: Anatel - Exposição de Motivos da LGT (1996); Anatel - Apresentação da Superintendência de Universalização Dez/02, Anatel – Apresentação para a INFOCON SUCESU 2003 - A Regulação do Mercado de Telecomunicações Out/03, Anatel – Palestra Telecomunicações - Um novo salto para o futuro (2004); relatórios financeiros das empresas; análise Accenture e GT

O grande esforço para tornar disponíveis os serviços à sociedade brasileira, além de enfrentar a grande limitação da renda da população, tem sucumbido diante da voracidade fiscal do estado que imputa aos serviços, e, portanto, à população, uma carga tributária incompatível com a sua essencialidade (Figura 4).

© 2005 Accenture, em parceria com Guerreiro Teleconsult, mediante contrato com a Telebrasil e o Sinditelebrasil. Todos os direitos reservados.

Figura 4: Carga tributária incidente sobre o setor de telecomunicações no Brasil, em comparação com os outros países estudados, e em comparação com o volume investido.



São fatores, que desestimulam investimentos no setor de Comunicações no Brasil, e têm impacto inclusive no saldo da balança comercial brasileiro, onde o complexo eletrônico (que inclui informática, eletrônica de consumo, telecomunicações e componentes) apresentou um déficit de US$ 5,5 bilhões em 2004.

Fica, portanto, evidente que o atual modelo de comunicações precisa evoluir para aumentar a sua capacidade de alavancar o desenvolvimento econômico e social do País. Entre outras, verifica-se que questões como as à seguir são da maior importância para nortear os trabalhos das autoridades e demais agentes engajados no processo de aperfeiçoamento do modelo brasileiro de comunicações.

I. **Próxima fronteira da inclusão:** como proporcionar acesso aos serviços e conteúdos para uma parcela maior da população, de maneira economicamente eficiente?

II. **Mundo convergente:** Como estimular a adoção de tecnologias e serviços convergentes?

III. **Competição:** Como organizar o ambiente competitivo entre empresas com características e modelos de negócios distintos?

IV. **Desenvolvimento:** Como atrair novos investimentos e garantir que o desenvolvimento das comunicações esteja alinhado com os interesses da sociedade?

© 2005 Accenture, em parceria com Guerreiro Teleconsult, mediante contrato com a Telebrasil e o Sinditelebrasil. Todos os direitos reservados.

2) Inclusão, Sociedade da Informação e Convergência

A enorme desigualdade social no Brasil (Figura 5) constitui uma barreira significativa à penetração de diversos serviços essenciais, inclusive de comunicações. Essa enorme desigualdade se torna ainda mais forte pela não prestação de serviços essenciais de Estado, mesmo em lugares onde as comunicações já estão disponíveis.

Figura 5: Desigualdade Sócio-Econômica no Brasil

Desigualdade sócio-econômica

Menor renda *Classes C, D e E*	População: **127,8 milhões** Renda anual média: **R$ 13.978** Analfabetismo: **10%** Mortalidade infantil: **15‰ nasc.**	População: **27,1 milhões** Renda anual média: **R$ 9.204** Analfabetismo: **21%** Mortalidade infantil: **37‰ nasc.**
Renda familiar	População: **20,7 milhões** Renda anual média: **R$ 86.011** Analfabetismo: **1%** Mortalidade infantil: **3‰ nasc.**	População: **0,8 milhão** Renda anual média: **R$ 78.736** Analfabetismo: **16%** Mortalidade infantil: **5‰ nasc.**
Maior renda *Classes A e B*		
	Mais concentrado *Urbano*	**Menos concentrado** *Rural*

Concentração geográfica

Notas: Analfabetismo medido como % da população acima de 15 anos
Fonte: IBGE - PNAD, POF e Indicadores sociais 2004; análise Accenture e GT

Mesmo com problemas menos graves, alguns países têm adotado políticas mais abrangentes de disseminação dos serviços de comunicações entre suas populações carentes. Para tanto têm sido utilizadas formas alternativas de financiamento. Um exemplo é o Chile, que tem feito a universalização do acessos à Internet por meio de Telecentros, ou postos coletivos; os recursos para os Telecentros são do orçamento do governo federal, sendo que o Regulador seleciona, por licitação, as prestadoras que oferecerão o serviço.

Na Índia, política industrial e programas de inclusão estimulam o desenvolvimento sócio-econômico. O país foi extremamente bem-sucedido em suas políticas para o setor de software, implantadas na década de 90, elevando o faturamento dessa indústria à impressionante taxa de 35% ao ano nos últimos 15 anos. Os programas de inclusão digital na Índia já beneficiaram mais de 39 milhões de pessoas, em zonas rurais, em menos de oito anos.

© 2005 Accenture, em parceria com Guerreiro Teleconsult, mediante contrato com a Telebrasil e o Sinditelebrasil. Todos os direitos reservados.

A possibilidade de acesso de populações rurais e de áreas remotas a serviços diversos, como serviços bancários já se tornaram realidade em alguns países em desenvolvimento, como a Telemedicina, na Índia e a Educação à Distância, na China.

Os serviços proporcionados pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) estão sendo considerados essenciais para o desenvolvimento sustentado das nações. Recente pesquisa da OCDE mostra que nas nações com maior investimento em TIC's, tais como Suécia, Estados Unidos, Austrália e Canadá, foi observado um ganho de produtividade geral na economia. Também foram alcançados importantes resultados na redução da desigualdade social e educacional e na democratização do acesso à informação e ao conhecimento.

ONU e UIT, como já comentado anteriormente, promovem a Sociedade da Informação como vital ao desenvolvimento sócio-econômico. É nesse ambiente que diversos países estão reconstruindo seus modelos de mercado para o setor de comunicações e definindo políticas públicas para a disseminação do uso de serviços de comunicações, para a realização dos Objetivos do Milênio, estabelecidos para 2015.

Na Coréia, políticas públicas integradas de tecnologia da informação e comunicação contribuíram para o salto sócio-econômico notável do país. Esse planejamento integrado iniciou-se na década de 80, com uma política industrial voltada para o desenvolvimento da indústria eletrônica e de TI. Nos anos 90 houve a construção de uma infra-estrutura nacional de comunicação e capacitação da população para lidar com as TIC's. No final dos anos 90, houve incentivo à geração de conteúdo, com uma visão estratégica de país criativo baseado em conhecimento.

Outro exemplo de como as TIC's são importantes para a melhoria na vida da população se verificou no Reino Unido, que vem democratizando o acesso da população aos serviços públicos, por meio do uso de TIC's. O governo da Grã Bretanha identificou mais de 650 serviços públicos que poderiam ser oferecidos pela Internet, criou o programa Directgov, com metas para informatização destes serviços. Em final de 2005 esperam alcançar ao índice de 96% dos mais de 650 serviços estarão disponíveis aos britânicos.

O Governo Brasileiro já estabeleceu objetivos e diretrizes que tratam de inclusão digital para o País, como por exemplo, as contidas no "Livro Verde da Sociedade da Informação" (MCT, 2000) e no Projeto "O Brasil em Três Tempos" (Presidência da República, NAE, 2005). E há programas típicos como o do "Computador para Todos" e o GESAC – Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão que estão em fase inicial de implementação e ainda não alcançaram resultados de grande alcance para a inclusão digital. Há projetos desenvolvidos em nível estadual ou municipal, como o Acessa São Paulo e o acesso público à Internet na cidade de Sud Menucci-SP, que são iniciativas isoladas, portanto, com resultados limitados pela abrangência específica de cada iniciativa.

A evolução tecnológica, por sua vez, vem propiciando uma convergência cada vez mais intensa dos serviços de telecomunicações. Por meio das redes IP multisserviço, são cada

© 2005 Accenture, em parceria com Guerreiro Teleconsult, mediante contrato
com a Telebrasil e o Sinditelebrasil. Todos os direitos reservados.

vez mais comuns os chamados serviços ubíquos: qualquer coisa (voz, dados, vídeo) a qualquer momento e em qualquer lugar.

O acesso a diversas redes de comunicações de boa qualidade se tornará trivial, e assim a percepção de valor tende a migrar para o conteúdo. Os consumidores serão atraídos por prestadoras de serviços que lhes dêem acesso ao melhor noticiário, aos jogos do seu esporte favorito, filmes, música, etc. As receitas do setor de comunicações tendem a reduzir no acesso e disponibilidade e aumentar nos serviços que oferecem conteúdo, que serão mais valorizados pelos clientes.

Em mercados de comunicações mais maduros é cada vez maior a demanda por serviços convergentes. Tomando como base os países da amostra, com mercados de telecomunicações mais avançados (Austrália, Coréia, Espanha, Estados Unidos, Itália e Reino Unido), observa-se uma redução no número de usuários de telefonia fixa de 1,7% ao ano, de 2001 a 2004. Por outro lado, serviços como telefonia móvel, acesso à Internet em banda larga e VoIP apresentam taxas de crescimento significativas no mesmo período (respectivamente 10%, 39% e 371% ao ano). Todos esses serviços têm em comum o fato de suportarem o tráfego de conteúdos diversos, tais como voz, dados e vídeo. Os consumidores desses países apresentam demanda por serviços cada dia mais versáteis e sofisticados, e essa tendência já alcança o mercado brasileiro.

A convergência tem também ocupado as autoridades de muitos países, e algumas medidas têm sido tomadas para adaptar a estrutura regulatória às novas necessidades do setor (Figura 6).

Figura 6: Exemplos de países que já adaptam seus marcos legais e regulatórios à nova realidade.

Mudanças nos marcos legislativo e regulatório nos países

Tendência	Exemplos
Unificação de órgãos reguladores de telecomunicações e mídia / radiodifusão	Reino Unido – Ofcom OFFICE OF COMMUNICATIONS Austrália – Australian Government, Australian Communications and Media Authority Coréia – • Discussão para unificação Índia – • *Convergence Commission* (proposta)
Simplificação da estrutura de licenças para prestação de serviços	UE – • Autorização geral p/ serviço de comunicações (exclui radiodifusão) Austrália – • 2 tipos de licença - prestadoras *com* e *sem* infra-estrutura Índia – • Proposta de licença unificada para serviços de voz e dados, abrangendo VoIP, TV paga e radiodifusão
Diferentes abordagens para **defesa da competição** e implantação do **serviço universal**	EUA – • Aplicam regulação mais detalhada e prescritiva Coréia – • Banda larga como recurso sujeito à universalização UE – • Tende para uma regulação mais aberta, baseada nas instituições de Direito Econômico • Rediscute o escopo de serviço universal

Fonte: órgãos reguladores dos países, análise Accenture e GT

© 2005 Accenture, em parceria com Guerreiro Teleconsult, mediante contrato com a Telebrasil e o Sinditelebrasil. Todos os direitos reservados.

Considera-se que o País está preparado para realizar o aperfeiçoamento de seu Modelo, incorporando as soluções necessárias à sua modernização, respondendo adequadamente às demandas da sociedade brasileira. Nessa tarefa cabe ao Estado exercer seu papel de Formulador das Políticas Públicas e de Regulador, e, também, de articulador e alavancador de todas as transformações exigidas.

© 2005 Accenture, em parceria com Guerreiro Teleconsult, mediante contrato
com a Telebrasil e o Sinditelebrasil. Todos os direitos reservados.

3) Propostas para aperfeiçoamento do modelo

3.1) Objetivos

Tendo em conta as nítidas diferenças sócio-econômicas observadas no País, é imprescindível que as ações que vierem a ser desenvolvidas para o aperfeiçoamento do Modelo, sejam articuladas, conforme sugerido na Figura 7, visando a que se potencialize os resultados de cada etapa do desenvolvimento, para o alcance dos objetivos estratégicos.

Fig. 7: Articulação de ações sugerida para que o Brasil alcance os Objetivos Estratégicos do Modelo

Dimensão	Motivação para revisão	Objetivos estratégicos do modelo
Benefício Social	**Promoção do desenvolvimento social**	▪ Universalizar, com soluções de TIC, a prestação de serviços do Estado para a sociedade, por meio, entre outros, de: estabelecimentos de ensino e cultura, hospitais e centros de saúde, poder judiciário, órgãos de segurança e polícias, prefeituras, etc
Uso dos Serviços ▪ Governo Eletrônico ▪ Ciber-serviços	**Proporcionar condições para que a população, inclusive de baixa renda, possa usufruir dos serviços**	▪ Propiciar o uso de acesso básico não isonômico, adotando, quando necessário, mecanismos de financiamento específicos ▪ Disponibilizar conexão em banda larga para uso pela população em geral, inclusive em telecentros de uso coletivo
Oferta ▪ Infra-estrutura ▪ Serviços	**Promover a modernização e integração da infra-estrutura e dos serviços**	▪ Proporcionar diversidade e qualidade de ofertas de infra-estrutura e serviços para toda a população
Ind.Nacional ▪ Equipamentos ▪ Conteúdo	**Estimular a pesquisa e a produção nacional de soluções de TIC's e conteúdo**	▪ Dominar tecnologia e produzir equipamentos, inclusive de baixo custo ("populares"), e conteúdo para o mercado interno e exportações
Estado ▪ Políticas Públicas ▪ Regulação	**Promoção de políticas públicas e regulação para avançar para atendimento das demandas da sociedade brasileira e aumento da produtividade e da competitividade do País.**	▪ Estabelecer políticas públicas que favoreçam o uso das TIC's em face das demandas da sociedade ▪ Forjar marco regulatório que estimule os investimentos, a competição justa, a tecnologia e o conteúdo

O setor de comunicações é um poderoso instrumento para alavancar o desenvolvimento econômico e social do Brasil. Os objetivos principais de qualquer aperfeiçoamento efetuado no modelo de comunicações atual devem ser com o sentido, dentre outros, de contribuir para:

- o atendimento das demandas da sociedade brasileira, especialmente no que se refere à inclusão social e melhoria da qualidade de vida da população, com destaque para os serviços prestados pelo Estado nas áreas de educação, saúde e previdência, e no crescimento sustentado;
- o aumento da produtividade e da competitividade do País; e,
- a promoção do desenvolvimento social sustentável.

Para que todos os agentes do setor atuem de modo coerente com os objetivos estratégicos anteriormente mencionados, há que se tratar as questões mais relevantes

© 2005 Accenture, em parceria com Guerreiro Teleconsult, mediante contrato com a Telebrasil e o Sinditelebrasil. Todos os direitos reservados.

que envolvem o setor fixando objetivos específicos a serem alcançados até 2015 nos diversos níveis de atuação dos agentes de mudança.

Como base para esse empreendimento se afigura o **Estado** que com o objetivo de "**TER UM ARCABOUÇO REGULATÓRIO ESTÁVEL E CONVERGENTE**" deve atuar no sentido de promover o equacionamento, entre outras, das seguintes questões:

- Legislação articulada entre os diversos segmentos de serviços;
- Estrutura regulatória moderna;
- Previsibilidade das regras que regem o setor no longo prazo;
- Consolidação de um ambiente de competição saudável.

Outro agente importante é a **Indústria Nacional**, de equipamentos e, especialmente, de conteúdo, em torno da qual se pretende, para o Brasil, "**SER UM CENTRO MUNDIAL DE PRODUÇÃO DE CONTEÚDO**", o que pode ser alcançado tratando-se, adequadamente, as questões relativas ao assunto, com ênfase no:

- Fortalecimento da capacitação e competitividade da indústria de conteúdos;
- Implementação de mecanismos de fomento à produção de conteúdo no País.

Em relação à **Oferta de Serviços**, o setor deve atuar de forma convergente no sentido de propiciar condições para: "**DISSEMINAR O USO DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC's)**". Para isso é indispensável a consolidação de um ambiente com, pelo menos, as seguintes características:

- Respeito ao princípio de livre mercado na atuação das prestadoras;
- Criação de licenças unificadas para ampliar o escopo de atuação das empresas;
- Adoção da liberdade de preços às prestadoras de serviço;
- Tenha como foco a Inclusão Digital.

Em relação ao **Uso dos Serviços**, o objetivo primordial terá que ser: "**UNIVERSALIZAR O USO DOS SERVIÇOS DE ESTADO, INCLUSIVE PARA POPULAÇÕES CARENTES E EM ÁREAS REMOTAS**". O alcance desse desafio está vinculado a que:

- Todos possam ter acesso aos Serviços de Estado com ênfase na educação e saúde;
- Haja capacitação da população para uso das TIC's;
- Seja facilitado o acesso dos cidadãos aos serviços de governo; e,
- A oferta seja condicionada à qualidade dos serviços.

Por fim, em relação ao **Benefício Social**, o objetivo primordial terá que ser: "**CONTRIBUIR PARA PROMOVER O DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO"**. Esse desafio estará sendo resgatado com o cumprimento do papel do

© 2005 Accenture, em parceria com Guerreiro Teleconsult, mediante contrato com a Telebrasil e o Sinditelebrasil. Todos os direitos reservados.

setor no esforço para o atendimento, pelo País, dos Objetivos do Milênio, destacadamente:

- Contribuindo para redução da pobreza extrema;
- Promovendo a educação básica para Todos;
- Contribuindo para redução da mortalidade infantil e materna;
- Contribuindo para o Desenvolvimento Sustentável.

3.2) Recomendações

De forma mais detalhada, considera-se que a consecução dos objetivos está vinculada à materialização de ações específicas que tratam de maneira integrada das motivações para o aperfeiçoamento do modelo.

Políticas Públicas:

O alicerce para o aperfeiçoamento do Modelo é um conjunto de políticas públicas, integradas, de estímulo ao uso de soluções com TIC's, que trate de questões importantes para o desenvolvimento nacional, tais como modernização e expansão da infra-estrutura de comunicações, governo eletrônico, integração das ações de poderes da república e níveis de governo (União, Estados e Municípios), adaptação da estrutura regulatória às novas demandas da convergência e racionalização da tributação e definição de fontes de financiamento. Assim, as recomendações para lidar com essas questões são:

- **Estabelecer políticas e incentivos para o uso intensivo de soluções com TIC's para a universalização dos serviços do Estado providos por todos os níveis de governo e de poderes da República, em todo o território nacional, para atender às demandas da Sociedade.**

- **Promover o estabelecimento de uma legislação moderna que estimule a prestação de serviços integrados de comunicações, assegurando o papel regulador do Estado por meio de uma agência estruturada para atuar em um ambiente convergente, com independência e autonomia.**

- **Reconhecer, de fato, os serviços de comunicação como essenciais para o desenvolvimento nacional, adotando tributação coerente com sua essencialidade, aumentando a competitividade e a produtividade do País.**

Estímulo à competição saudável e ao investimento:

A regulamentação do setor, desenvolvida de forma transparente, deve priorizar a atração de investimentos, o uso otimizado das plataformas tecnológicas, previsibilidade regulatória, a competição saudável e a diversidade de serviços, fazendo uso racional de recursos escassos como numeração e radiofreqüência e posição orbital. Para tanto, recomenda-se:

© 2005 Accenture, em parceria com Guerreiro Teleconsult, mediante contrato com a Telebrasil e o Sinditelebrasil. Todos os direitos reservados.

- **Constituir uma regulamentação transparente e previsível, que atraia investimentos, estimulando a ampliação e modernização das Redes e dos Serviços em um ambiente competitivo forte e saudável, com neutralidade tecnológica, propiciando rentabilidade nos negócios.**

- **Conceituar os serviços com base nas necessidades de comunicação da população e promover a participação de diferentes empresas na prestação dos serviços, inclusive na implantação de programas de universalização.**

- **Adotar uma legislação que defina e trate de forma distinta os diferentes segmentos da cadeia de valor da prestação de serviços de comunicação (da criação à fruição), orientada para o uso dos serviços, que estabeleça a utilização eficiente, equânime e não discriminatória de recursos escassos, potencializando a otimização da utilização de plataformas com a adoção de licença unificada.**

Domínio da tecnologia e capacitação da população:

A indústria de equipamentos para comunicações, inclusive de componentes, deve ser concebida com o propósito de consolidar e fortalecer a economia do setor. Deve-se fomentar a industrialização, capacitação profissional e domínio da tecnologia no País, visando a criação de soluções tecnológicas de baixo custo e que aumentem a produtividade e a competitividade da economia nacional. Recomenda-se, para isso:

- **Propiciar condições para o desenvolvimento e absorção, no País, de conhecimento tecnológico associado às TIC's, fortalecendo a produção no País, especialmente a com tecnologia nacional, e o desenvolvimento e produção de soluções e aplicações de baixo custo.**

- **Atribuir prioridade à formação de recursos humanos para pesquisa e desenvolvimento em segmentos que elevem a competitividade dos produtos e serviços de origem nacional e investir em técnicas modernas para fortalecer o comércio regular de equipamentos e softwares.**

Estímulo à produção de conteúdo nacional:

Princípios como liberdade de expressão, pluralidade de opiniões e proteção dos direitos autorais e de propriedade intelectual são essenciais para a vida num Estado Democrático de Direito e podem ser consolidados com o fortalecimento e a ampliação da produção de conteúdo nacional e com o aumento da diversidade dos meios de distribuição da informação, de conhecimentos e de entretenimento, recomendando-se:

- **Fomentar a produção nacional e regional de conteúdos, soluções e aplicações, assegurando pluralidade de informação e de opiniões e a liberdade de expressão, e estabelecer instrumentos de proteção de direito**

© 2005 Accenture, em parceria com Guerreiro Teleconsult, mediante contrato com a Telebrasil e o Sinditelebrasil. Todos os direitos reservados.

autoral e propriedade intelectual, incentivando o crescimento do mercado publicitário nos veículos de mídia.

Liberdade empresarial e respeito aos contratos:

Às prestadoras caberá aumentar a diversidade e disponibilidade de serviços, em regime de livre mercado. Questões como financiamento, liberdade de atuação e de propriedade, acesso a recursos escassos, liberdade de preços com flexibilidade da qualidade e limitações das obrigações devem ser tratadas pelo regulador, tendo como princípio fundamental o respeito à atuação das empresas sob os auspícios da Constituição Federal no que concerne à liberdade empresarial e ao respeito aos contratos. Assim:

- **A atuação das Prestadoras de Serviços de Comunicações deve se dar no regime de liberdade empresarial com direitos e responsabilidades preservados por meio de instrumento contratual que contribua para favorecer o financiamento às empresas do setor, inclusive os novos prestadores.**

- **Devem ser instituídos procedimentos que facilitem a obtenção de novas licenças e acesso a recursos de numeração e radiofreqüências pelos prestadores e propiciem condições atraentes para atuação no mercado, inclusive quanto à qualidade e preços dos serviços.**

- **A regulamentação deve tratar de forma não discriminatória as questões relativas à origem do capital e ao controle das empresas e suas áreas de atuação, e as obrigações para propiciar competição, quando necessárias, devem ser de caráter eventual e temporário.**

Universalização e Inclusão Digital:

A Universalização do uso dos Serviços do Estado, o Acesso amplo à Informação e ao Conhecimento e a inclusão digital do cidadão são essenciais para a diminuição das desigualdades no Brasil. É necessário para tal que se promova a capacitação para o desenvolvimento, aplicação e uso de soluções com TIC's para o atendimento de demandas sociais, que se priorize iniciativas de e-gov e que se ofereça segurança no uso de TIC's, por meio de uma legislação de proteção ao consumidor e de combate às fraudes nas redes e nos seviços convergentes. Recomenda-se, para isso:

- **Fixar Diretrizes e Metas para a Universalização do uso de serviços essenciais que proporcionem o acesso da população em geral a conteúdos e serviços, em especial, os de cunho educacional, e que promovam a inclusão social.**

- **Promover a capacitação de órgãos públicos, de pequenas e médias empresas e da população em geral para uso dos serviços de governo e acesso a diferentes fontes de informação e conteúdo, por intermédio das TIC's.**

© 2005 Accenture, em parceria com Guerreiro Teleconsult, mediante contrato com a Telebrasil e o Sinditelebrasil. Todos os direitos reservados.

- **Propiciar serviços com qualidade e segurança adequadas e preços razoáveis, e fortalecer mecanismos que preservem o direito dos consumidores, inibam fraudes e crimes nos serviços de comunicação, em especial com uso das TIC's.**

Essas são as contribuições que fazem a TELEBRASIL e o SINDITELEBRASIL para o **Aperfeiçoamento do Modelo Brasileiro de Comunicações**, enquanto representantes que agregam os mais diferentes segmentos do setor de comunicações.

© 2005 Accenture, em parceria com Guerreiro Teleconsult, mediante contrato
com a Telebrasil e o Sinditelebrasil. Todos os direitos reservados.

A **TELEBRASIL – Associação Brasileira de Telecomunicações** é uma Entidade Civil de caráter privado, do tipo Associação, de âmbito nacional e sem finalidades lucrativas, criada com a missão de congregar os setores oficial e privado das telecomunicações brasileiras, visando a defesa de seus interesses e o seu desenvolvimento. A atuação da entidade está direcionada a todas as pessoas geradoras e usuárias dos serviços e produtos de telecomunicações. Está constituída e exercendo suas atividades desde 1974. Congrega atualmente mais de uma centena das principais empresas prestadoras de serviços de telecomunicações - fixas e móveis, fornecedores de soluções e sistemas tecnológicos, de equipamentos e serviços, centros de ensino, pesquisa e desenvolvimento e mais de uma dezena de associações especializadas do Setor de Telecomunicações.

O **SINDITELEBRASIL -** Sindicato **Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal** é constituído e opera desde setembro de 2003 para fins de coordenação, defesa e representação legal das empresas da categoria na base territorial de abrangência nacional, compreendida por todos Estados e Territórios da União. Representa todas empresas que operam no território nacional, como concessionárias ou autorizatárias, nas seguintes atividades de interesse coletivo: a) Serviços telefônicos fixos comutados locais e de longa distância, nos regimes público e privado; b) Serviços móveis celulares e serviços móveis pessoais nos regimes público e privado.

A **TELEBRASIL** e o **SINDITELEBRASIL** tem sede e foro na cidade do Rio de Janeiro – RJ, na Av. Pasteur, 383, Urca, CEP 22.290-240, endereço eletrônico telebrasil@telebrasil.org.br e na internet www.telebrasil.org.br

© 2005 Accenture, em parceria com Guerreiro Teleconsult, mediante contrato com a Telebrasil e o Sinditelebrasil. Todos os direitos reservados.